

Justiça popular pune exemplarmente

•Fuzilados seis bandidos no Hulene

Foram fuzilados publicamente por um pelotão das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) na tarde do passado sábado, no Bairro do Hulene, em Maputo, os seis bandidos condenados à morte pelo Tribunal Militar Revolucionário no dia 2 do corrente mês.

O Presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo, Gaspar Zimba, recordou na ocasião o Comício realizado no princípio do ano em Chibuto em que o Povo disse que «não há diferença entre o bandido armado e o candongueiro».

Os executados foram (ver TEMPO n.º 652) Goolam Nabi, José Manderero, António Mbombi Sigaúque, Themisson Macuácuá, Júlio Tauzene e José Muchanga.

Estiveram presentes o juiz do Tribunal Militar Revolucionário, coronel José Rafael Rohomoja, o Secretário Executivo Permanente da Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção, Augusto Macamo, o chefe do Departamento do Trabalho Ideológico, José Pascoal Zandameia, assim como Deputados à Assembleia da Cidade, representantes dos Grupos Dinamizadores e Milícias Populares.

A mesma hora, no Bairro da Liberdade, também na capital do País, decorria uma manifestação de apoio à promulgação da Lei n.º 5/83, promovida pelas ODM's (ver notícia noutro local).

MORTE AOS CANDONGUEIROS

Ao iniciar o seu discurso, o Presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo afirmou que «em Chibuto ficou bem claro que não existe nenhuma diferença entre o candongueiro e o bandido armado» e que «Chibuto foi o teste que nos indicou até que ponto

exercemos ou não o Poder conquistado». Depois de recordar palavras proferidas na ocasião pelo Chefe do Estado (estamos invadidos por pulgas, piolhos, percevejos, parasitas), Gaspar Zimba disse que as palavras proferidas pelo Marechal da República sintetizando as contribuições do Povo, demonstram como, na verdade, não aplicamos a vontade do Povo, não utilizamos a força repressiva da lei contra os inimigos do Povo». «Como consequência — concluiu — somos assaltados por bandidos sem escrúpulos, gente sem moral que, aproveitando-se das nossas dificuldades económicas, roubam, matam, especulam em detrimento dos interesses do Povo».

Acentuou Gaspar Zimba que «estávamos a agir com resignação perante o crime», que «passivamente aceitávamos a arrogância dos pequenos e grandes candongueiros» para depois de inumerar algumas das formas de actuação destes criminosos acrescentar:

«Tivemos que perguntar: quem lutou, quem se sacrificou para libertar esta terra? Foi o Povo ou foram os candongueiros? Quem é o dono da terra, o Povo ou os candongueiros? Quem manda na polícia, nos tribunais, nos fiscais,

quem lhes paga o vencimento? São os ladrões, os malfetores, os candongueiros, ou somos nós? Este poder a quem pertence? Quem são os deputados, quem os elegeram?».

Depois de esclarecer que «os deputados foram eleitos pelo Povo, são filhos do Povo», devem «exercer o poder que o Povo lhes entregou», o Presidente do Conselho Executivo da capital do País disse que a Assembleia Popular na sua 11.ª Sessão tendo-se debruçado sobre a acção dos candongueiros e tomado em consideração a vontade popular «sublinhou a necessidade do exercício efectivo do Poder, como condição para que a Revolução triunfe». E, após traçar o quadro da situação actual, adiantou:

«É o Povo quem paga. É o Povo quem é roubado. São cidadãos pacíficos que são assassinados. São centenas de milhar de crianças sem leite e pão, porque o leite e o pão estão na candonga.

É por isso que declaramos:

Morte aos candongueiros!

É por isso que dizemos que o chicote deve regressar para defender e servir os interesses do Povo».

ATIITUDE CONDENAÁVEL

Disse, a seguir, Gaspar Zimba, que «nós somos um Estado que constrói a Paz», «um Estado que defende a vida do Povo» e que a «vida e a liberdade são direitos universais consagrados em todas as Constituições dos Países do Mundo, em particular na Constituição da nossa República Popular» mas que «quando as circunstâncias nos obrigam a fuzilar um assassino, um bandido, um ladrão ou candongueiro é porque estes

atentam contra a vida de todo um Povo. Atentam contra a nossa vida, a vida da maioria».

«Aqui está o problema de fundo: ou sobrevivemos nós, o Povo, ou sobrevivem eles, os bandidos e os candongueiros» — sintetizou.

Outro aspecto da mesma questão abordado por Gaspar Zimba foi o de certos círculos imperia- listas que, apoiados por um punha- do de elementos no nosso seio pe- dem-nos para aceitar passivamente o terror, o roubo e a candonga. Ao condenar publicamente tal ati- tude, referiu que esses círculos ao pedirem clemência apenas para al- guns dos réus na base da cor da pele e da riqueza manifestam ati- tudes discriminatórias, racistas e de classe, que só por si chocam violentamente com a Constituição da RPM. Por isso — afirmou — o

Estado moçambicano rejeitou ca- tegoricamente essa macabra atitu- de «porque a nossa dor reservamo- -la às vítimas da exploração e da humilhação, e nunca aos bandidos e ladrões».

Nesta perspectiva, acrescentou, reservamos a nossa dor às fa- mílias enlutadas cujos parentes foram devorados pela acção assas- sina dos bandidos armados, às ví- timas dos candongueiros, à família de Constantin Tiodor Tsonack, pa- deiro pacífico brutalmente assas- sinado por malfetores, às vítimas de Goolam Nabi, membro activo de uma rede de contrabando de camarão e de televisores.

Ao referir-se aos criminosos que em seguida iriam ser executados, diria ainda Gaspar Zimba que «po- dem dizer: aquele criminoso não matou! Só roubou!» para interro-

gar se «quando o bebé não tem leite porque ele foi roubado e o bebé morre à fome não vamos con- siderar assassino quem roubou?».

Perguntaríamos aqui aos presen- tes: Quantas toneladas de arroz, de peixe, de carne se compram com uma só tonelada de cama- rão?».

Depois de recordar Chibuto, em que o Povo disse que não há dife- rença entre o bandido armado e o candongueiro, Gaspar Zimba ao referir-se aos condenados que iriam ser fuzilados em seguida, concluiu:

«É a justiça do Povo que se abate sobre eles, é o Poder do Es- tado, conquistado à custa do san- gue generoso e do sacrifício do nosso Povo que se afirma com fir- meza, é a reafirmação da nossa personalidade, a concretização da vontade do Povo».

A moral da história

Uma Revolução que não se defende é uma Revolução perdida. Inevitavelmente a reacção reorganiza-se, sabota a economia, corroi as es- truturas políticas, apossa-se efectivamente do Poder — mesmo que não haja golpe de Estado. Uma Revolução que não usa de medidas duras contra os seus inimigos torna-se num folclore com nomes ideológicos bonitos para encobrirem uma ineficiência clara no exercício de poder.

Estas lições já o Povo moçambicano as aprendeu da experiência de outros povos cujas aspirações a uma vida melhor foram frustradas pela acção de candongueiros, contrabandistas, reacçãoários organizados, espões, mercenários, políticos enfeudados ao imperialismo (o mesmo que dizer à CIA). E o Povo moçambicano não quer repetir os erros de algumas revoluções. Podíamos ser sentimentalistas: mas a experiên- cia prova que a reacção não é sentimentalista. Quando um candongueiro pede fortunas por um saco de arroz ele, efectivamente, de senti- mentalista não tem nada. Quando os mercená- rios entram, de armas em punho, para ataca- rem alvos económicos ou políticos eles de sen- timentalistas não têm nada. Quando os Khavan- dames, candongueiros das zonas libertadas, de- cidiram matar Mondlane, eles não foram senti- mentalistas. Quando os Simangos, políticos en- feudados ao imperialismo, conspiraram contra a Revolução, não foram sentimentalistas. Aque- les que mataram Muthemba, Magaia, Kankhom- ba e muitos outros, não foram sentimentalistas.

Os bandos que atiram granadas dentro de

machimbombos; que cortam orelhas a mulheres inocentes; que matam velhos e crianças; que destroem aldeias comunais; que violam meno- res — não são sentimentalistas. Não só não são sentimentalistas estes bandidos como as suas acções criminosas gozam da simpatia dos seus poderosos aliados que conseguem fazer silenciar a Informação de quase todo o mundo que não diz uma linha sobre as suas atrocidades.

Mas quando nós apanhamos candongueiros, criminosos sem qualificação, bandidos e lhes damos a justiça que merecem, ergue-se um coro a pedir clemência porque se trata de vidas hu- manas. E os camponeses que são massacrados pelos bandos armados não são vidas humanas? E as populações que se sujeitam a pagar preços astronómicos para poderem comer não são vidas humanas? Aqueles que são metralhados em va- gões de comboios não são vidas humanas?

A lição que todos os candongueiros devem aprender, a lição que todos os bandidos devem conservar, é que benevolência, tolerância, su- cessivos apelos ao bom comportamento, nada disto é sinónimo de fraqueza. Mas têm andado a confundir benevolência com fraqueza. Eles, e toda a burguesia que os suporta e apoia, têm, necessariamente, e custe o que custar que pas- sar à defesa passiva. Desafiaram o Poder e o Poder deu-lhes resposta. O poder, na RPM, são os operários, são os camponeses, são todos os moçambicanos honestos. E entre a prática revo- lucionária e a filosofia de se dar a face a quem já nos bateu noutra, vai um abismo bem grande.